

PLANO DE ENSINO

I. IDENTIFICAÇÃO

Curso: Administração Pública		
Departamento: Administração Pública		
Disciplina: Administração Pública Brasileira		Código: 32ADPUBR
Carga horária: 72 horas	Período letivo: 2022.2	Termo: 3º
Professor: Sullivan Desirée Fischer		
Contato: sullivan.fischer@udesc.br		

II. EMENTA

Trajetória histórica da administração pública brasileira, modelos de administração pública e suas particularidades em relação a outros países. Trajetória das reformas administrativas na administração pública brasileira. Reformas administrativas em diferentes setores e políticas públicas: características, efeitos e limites. Dilemas e perspectivas da administração pública brasileira. Experiências nacionais e internacionais

III. OBJETIVOS

Geral: Compreender a relação entre as reformas administrativas processadas no Brasil e os diferentes modelos de gestão, com a trajetória histórica e a estruturação do serviço público e as formas de provisão de serviços públicos.

Específicos:

- Conhecer em perspectiva histórica as reformas administrativas no Brasil;
- Conhecer características dos principais modelos de gestão pública, seus efeitos e limites;
- Conhecer diferentes estruturas de serviço público e suas interfaces com os diferentes modelos de gestão;
- Explorar experiências contemporâneas para o design e implementação de serviços públicos.

IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Modelos de gestão da administração pública

- 1.1. Modelos de gestão e provisão de serviços públicos;
- 1.2. Hibridismos – do patrimonialismo à governança democrática na gestão pública.

Unidade II: Reforma Administrativa e Inovação no Serviço Público

- 2.1 As reformas do Estado e da Administração pública no Brasil: histórico, transformações institucionais, avanços, limites e perspectivas;
- 2.2 Interseções das reformas no Brasil às experiências internacionais;
- 2.3 Reformas em pauta no Brasil.

Unidade III: Serviços Públicos

- 3.1. Modelos contemporâneos de participação social em diferentes setores e políticas públicas;
- 3.2. Experiências nacionais e internacionais.

V. METODOLOGIA DE ENSINO

A disciplina será desenvolvida utilizando diversos meios para interação e construção coletiva do conhecimento, envolvendo exposição de conteúdo de forma dialogada, promoção de debates em sala de aula, a partir de leituras de textos e pesquisa de exemplos práticos envolvendo: professora e estudantes; trabalhos individuais e em pequenos grupos; resposta à questões de atividades de cada

unidade/texto; análise e interpretação de textos e artigos; fichamento e resumos de textos; seminário; filmes, vídeos, sites e outros métodos que se mostrarem adequados.

Os materiais de leitura e orientações da disciplina, bem como links para tarefas, atividades e avaliações serão disponibilizados na plataforma Moodle. Os exercícios devem ser submetidos ao professor via Moodle. O envio de mensagens entre alunos e professor deverá ser, preferencialmente, via Moodle.

VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será composta pelas seguintes atividades e seus respectivos pesos:

- PR 1: 30%
- PR2: 30%
- Atividades – 15%
- Seminário – 25%

Importante:

O processo de avaliação irá considerar, ainda, **a participação nas aulas**, com contribuições positivas aos debates e realização das atividades solicitadas.

- **frequência regular** (conforme critérios regimentais da Universidade).

- **nas provas**: as respostas de caráter interpretativo serão consideradas corretas ou parcialmente corretas quando apresentarem reflexões lógicas, coerentes e fundamentadas/articuladas ao conteúdo estudado; as provas serão individuais, sem consulta a colegas, textos ou quaisquer outros meios.

- **em apresentações de trabalhos (individual ou em grupos)**: salvo força maior, todos os integrantes do grupo deverão participar ativamente da apresentação. Nas apresentações orais: apreensão e clareza do conteúdo; postura e atitudes coerentes com as orientações e propostas da disciplina; criatividade e adequação dos recursos didáticos; objetividade e expressividade na apresentação.

- **nos trabalhos apresentados por escrito**: lógica na escrita, com a utilização dos principais conceitos estudados; criticidade das argumentações; clareza conceitual; correta ortografia; cumprimento às normas de elaboração de trabalhos acadêmicos (normas da ABNT).

Propõe-se como princípios: estabelecer um ambiente de respeito, bom relacionamento interpessoal entre todos os envolvidos na disciplina – alunos e professora; construção coletiva de conhecimento; engajamento de todos para a aprendizagem, postura ética, de responsabilidade e compromisso com a própria aprendizagem são requisitos fundamentais; compromisso com os acordos e possibilidade de negociação, mediante negociação coletiva.

Informações sobre realização de Prova de 2ª Chamada

A Resolução nº 018/2004-CONSEPE regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segundo esta resolução, o aluno que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelos professores, poderá solicitar segunda chamada de provas na Secretaria Acadêmica através de requerimento por ele assinado, pagamento de taxa e respectivos comprovantes, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de realização de cada prova, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados, motivados por:

I - problema de saúde, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - doença de caráter infecto-contagiosa, impeditiva do comparecimento, comprovada por atestado médico reconhecido na forma da lei constando o Código Internacional de Doenças (CID);

III - ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros;

IV - manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;

V - luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro(a);

- VI - convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;
- VII - impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela coordenação do respectivo curso ou instância hierárquica superior;
- VIII - direitos outorgados por lei;
- IX - coincidência de horários de exames finais, fixados por edital próprio;
- X – convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País.

Leia a resolução na íntegra na página da Secretaria dos Conselhos:
<http://secon.udesc.br/consepe/resol/2004/018-2004-cpe.htm>

VIII. BIBLIOGRAFIA

Básica:

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria Rita. **Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira**. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas. Brasil: IPEA, Enap, 2018. Cap. 1 – 23-57

http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3247/1/livro_Burocracia%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas%20no%20Brasil%20-%20interse%C3%A7%C3%B5es%20anal%C3%ADticas.pdf

BRESSER PEREIRA, L. C.; SPINK, P. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

PAULA, A. P. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

SCHOMMER, Paula Chies. Gestão pública no Brasil: notícia do teatro de operações. **Revista de Administração de Empresas**. 43 (4), 102-7, Out/Dez. 2003.

Complementar:

ABRUCIO, F. L. Três agendas, seus resultados e um desafio: balanço recente da administração pública federal brasileira. **Desigualdade & diversidade** (PUCRJ), n. 11, p. 119-142, dez. 2011.

AGE, Luiza Moritz; SCHOMMER, Paula Chies. Coprodução de Serviço de Vigilância Sanitária: Certificação e Classificação de Restaurantes. RAC, **Revista de Administração Contemporânea**. Artigos Tecnológicos. Rio de Janeiro, ahead of print, Março 2017. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/ahead_63.pdf

AGRANOFF, Robert. Reconstructing Bureaucracy for service: innovation in the governance era. In: ANSELL, C. & TORFING, J. Public Innovation through Collaboration and Design. Oxon and New York: Routledge, 2014. (Routledge Critical Studies in Public Management) (pgs. 41-69).

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19, mar. 2012.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião pública**, v. 14, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, Leonardo. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo

no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Democratizar a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2002, v. 1, p. 01-678.

AVRITZER, Leonardo. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.

BENTO, L. V. **Governança e governabilidade na reforma do Estado**. Barueri: Manole, 2003.

BRANDSEN, T., & HONINGH, M. (2015). Distinguishing Different Types of Coproduction: a Conceptual Analysis Based on the Classical Definitions. **Public Administration Review**. Vol. 76, Iss. 3, pp. 427–435. DOI: 10.1111/puar.12465.

BRONZO, Carla et al. Conselhos de políticas públicas: desafios para sua institucionalização. 2002.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus. (org.). **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável: experiências do Brasil e da Alemanha**. São Paulo: Oficina Municipal, 2018. https://oficinamunicipal.org.br/uploads/attachments/libraryitem/34/Governan%C3%A7a_Multinivel_-_Miolo.pdf

CARNEIRO, Ricardo; MENICUCCI, Telma M. G. **Gestão pública no Século XXI - as reformas pendentes**. 1686 Texto para discussão IPEA, Brasília, IPEA, dezembro de 2011. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1686.pdf

CASTOR, B. V. J. Em busca do Santo Graal: por que as reformas administrativas não dão certo? In: CASTOR, B. V. J. **O Brasil não é para amadores**. Curitiba: EBEL/IBPQ-PR, 2000. p. 129-152

CAVALCANTE, Pedro. CAMOES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. (org.) **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap: Ipea, 2017. Disponível em: http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2989/1/171002_inovacao_no_setor_publico.pdf

CICONELLO, Alexandre. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. **From poverty to power**, 2008.

COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo; Ed. 34, 2004.

DENEULIN, S.; TOWNSEND, N. Public goods, global public goods and the common good. **International Journal of Social Economics**, 34 (1/2), P. 19-36, 2007.

DENHARDT, Janet V.; DENHARDT, Robert B. **The New Public Service: Serving, not Steering**. New York: M.E.Sharpe, 2003.

DENHARDT, Robert B.; DENHARDT, Jane Vinzant. The New Public Service: Serving Rather than steering. **Public Administration Review**. Washington: 60 (6), 549-559, Nov./Dec. 2000.

FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. A criação de municípios e a formalização de regiões metropolitanas: os desafios da coordenação federativa. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 7(3), 295-309.2015.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, v.35, Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 199-144.

FARIA, Claudia; RIBEIRO, Uriella Coelho. **Entre o legal e o real: o que dizem as variáveis institucionais sobre os conselhos municipais de políticas públicas?** In: AVRITZER, Leonardo

(Org.). A participação local no Brasil. São Paulo: Editora Córtes, 2010.

FARIA, Claudia Feres; COELHO, Uriella Ribeiro. **Desenho institucional: variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo**. In: Pires, Roberto Rocha C. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011. p. 125-136.

GARCIA, Leandro Pereira. Governança para emancipação: uma proposta para o enfrentamento intersetorial de iniquidades. Florianópolis, Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/processaPesquisa.php?processar=Processar

GIAMBIAGI, Fabio e BARROS, Octavio (orgs.). **Brasil pós-crise: agenda para a próxima década**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GUERZOVICH, F. ; MOSES, M. Learning to open government: findings and reflections on how the Open Government Partnership is playing out, in practice, in five countries. Global Integrity. **Transparency & Accountability Initiative**, 2016. <http://www.globalintegrity.org/wpcontent/uploads/2016/06/Learning-to-Open-Government-full.pdf>

GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas. In: GOMIDE, Alexandre de A.; PIRES, Roberto Rocha C. (edit.). **Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília, IPEA, 2014 (pgs. 15-28)

KEINERT, Tânia M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo, Annablume, 2000.

KETTL, Donald F. The global public management revolution: a report on the transformation of governance. **The Brookings Institution**, Washington, 2000.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista da Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, pp. 479-99, 2006.

LOZANO, Renata Batista et al. **Para além da deliberação**: desempenho dos conselhos de direitos na implementação de políticas para infância e adolescência em Goiás e no Distrito Federal (2012-2016). 2017.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais Unisinos** 42(1):19-26, jan/abr 2006.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**, n. 70, p. 139-170, 2007.

MEDEIROS, Juliana. Controle Social: a importância dos Conselhos de Direitos na formulação e controle das políticas públicas. **GESUAS**. Minas Gerais, 9 mai 2019.

NONATO, Fabiana Aparecida dos Santos. Participação social: o desenho institucional do Conselho Municipal de Turismo de Ouro Preto-MG. **Revista de Ciências Humanas**, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, G. J. **Governança, governabilidade e accountability: qualidade na administração pública**. Este material é parte integrante do acervo do IESDE BRASIL S.A. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2016.

OLSEN, J. P. Maybe it is time to rediscover democracy. **Journal of Public Administration Research**

and Theory, 16, 1-24, 20015. doi:10.1093/jopart/mui027

OSBORNE, Stephen. P. **The new public governance?** Emerging perspectives on the theory and practice of public governance. Oxon and New York: Routledge, 2010. (Introduction: The (New) Public Governance: a suitable case for treatment? Pgs. 1-16).

OSTROM, Elinor. **Crossing the great divide:** coproduction, synergy and development. World Development, Vol. 24, No. 6, pp. 1073-1087.1996.

PETERS, G. Bureaucracy and Democracy. **Public Organization Review:** 10, 209-222, 2010.

RAMOS, A. G. **A Nova Ciência das Organizações:** uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

REZENDE, Flávio da Cunha. **Por que falham as reformas administrativas?** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

SALM, José Francisco. Coprodução de Bens e Serviços Públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org). **Dicionário para a formação em gestão social.** Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. P. 42-44. Disponível em: http://issuu.com/carlosvilmar/docs/e-book_dicionario_de_verbetes/46

SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Os modelos de administração pública como estratégias complementares para a coprodução do bem público. In: ENCONTRO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA,1. 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Anpad, 2006. p. 1-13.

SANTOS, M. H. de C. **Governabilidade, governança e democracia: Criação da Capacidade Governativa e Relações Executivo-Legislativo no Brasil Pós-Constituinte.** DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 335-376, 1997.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar./abr. 2009.

SCHOMMER, Paula Chies. **Relações Estado-sociedade no Brasil:** arquitetura institucional, accountability e coprodução. In: Mendonça, P.M.E.; Alves, M.A.; Nogueira, F.do A. (orgs.) **Arquitetura Institucional de Apoio às OSCs no Brasil.** São Paulo: FGV, pgs. 180-205, 2013b. Recuperado em 29 de julho de 2015 de: http://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/livro_articulacaod3.pdf

SCHOMMER, P. C. **Desenvolvimento local: reconfiguração de papéis e governança para a coprodução do bem público.** In: Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada. São Paulo: ICE, GIFE, IBRF, FGV, 2013a.

SILVA, E. M.O Desenho Institucional dos Conselhos nas Cidades Brasileiras de Pequeno e Médio Porte: Gestão de Políticas Públicas no Poder Local. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 1, p. 181-210, 2018.

SOUZA, TEIXEIRA e LIMA. **Conselhos nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Relatório de Pesquisa.** Brasília, Ipea 2012, 78 p.